

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o relatório de Administração do Banco Semear S.A. relativo ao semestre / exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em conformidade com as determinações legais e estatutárias.

O Banco reafirmou seu foco de atuação no segmento de pessoas físicas, visando à captura de clientes através de acordos operacionais com redes de varejo de pequeno e médio porte através da concessão de Crédito Direto ao Consumidor – CDC. Para o ano de 2015, o Banco continuará o processo de expansão de negócios, com realização de novos acordos operacionais e aumento da força de venda.

O resultado alcançado de R\$ 6,9 milhões no exercício está alinhado à estratégia de negócios do Banco e ao planejamento aprovado para o período, assim como a manutenção de ações voltadas para fortalecimento da gestão e controle, na busca contínua do equilíbrio entre qualidade, rentabilidade e sustentabilidade.

A carteira de crédito obteve neste período crescimento de 44% em relação a igual período de 2013, sendo tal desempenho representado pela carteira core. Mais de 87% da carteira está classificada nos níveis de AA-D, o que demonstra a qualidade da carteira.

Em processo final de desmobilização, a carteira estoque de crédito consignado encerrou com saldo de R\$13 milhões apresentando redução de 47% em relação a igual período de 2013.

Destacamos também o crescimento das captações, que tiveram incremento de 51% em relação a igual período de 2013, impulsionadas principalmente por parcerias estratégicas com o objetivo de diversificação, pulverização e alongamento do prazo médio.

O patrimônio líquido neste período alcançou R\$ 88 milhões apresentando 18% de crescimento comparado a igual período de 2013.

O índice de Basileia apurado foi de 20,62%, reafirmando o compromisso da Instituição em manter estrutura de capital sustentável para suportar os riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.

Por tudo o que foi relatado, agradecemos aos nossos clientes, parceiros, colaboradores e, (principalmente) acionistas, a confiança depositada no Banco Semear, reafirmamos nosso compromisso na condução eficiente e eficaz da gestão dos negócios, objetivando rentabilizar adequadamente a todos que participam desse objetivo.

A Administração.

Balancos patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014		2013	
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante		364.173	278.101		
Disponibilidades	4	1.487	319		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	15.559	2.360		
Aplicações no mercado aberto		15.000	-		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		559	2.360		
Títulos e valores mobiliários	6	25.988	55.671		
Carteira própria		25.988	45.558		
Vinculados ao Banco Central		-	10.113		
Relações interfinanceiras		126	97		
Correspondentes		-	173		
Operações de crédito	8	287.420	199.703		
Setor privado		325.907	227.327		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(38.487)	(27.624)		
Outros créditos	10	30.938	18.895		
Outros valores e bens	11	2.655	883		
Não circulante		170.389	101.942		
Realizável a longo prazo		168.601	100.037		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	39.412	14.004		
Aplicações no mercado aberto		39.412	14.004		
Títulos e valores mobiliários	6	32.079	-		
Carteira própria		32.079	-		
Operações de crédito	8	26.498	15.015		
Setor privado		27.428	18.489		
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(930)	(3.474)		
Outros créditos	10	69.422	70.812		
Outros valores e bens	11	1.190	206		
Permanente		1.788	1.905		
Investimentos		85	-		
Imobilizado de uso		927	957		
Intangível		776	948		
Total do ativo		534.562	380.043		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		206.714	99.367		
Depósitos	12	185.500	87.990		
Depósitos à vista		17.151	14.217		
Depósitos interfinanceiros		4.285	7.460		
Depósitos a prazo		164.072	66.313		
Recursos de aceites e emissão de títulos		7.955	-		
Outras obrigações	13	13.244	11.357		
Receitas antecipadas		7	20		
Não circulante		240.210	206.601		
Depósitos	12	219.534	188.389		
Depósitos a prazo		219.534	188.389		
Recursos de aceites e emissão de títulos		4.614	-		
Outras obrigações	13	15.747	18.205		
Receitas antecipadas		315	7		
Patrimônio líquido (Nota 14)		87.638	74.075		
Capital social - De domiciliado no País		119.896	109.896		
Prejuízos acumulados		(32.258)	(35.821)		
Total do passivo e do patrimônio líquido		534.562	380.043		

Demonstrações de resultados Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestre findo em		
		2014	2014	2013
Recargas de intermediação financeira	15	73.002	134.730	116.153
Operações de crédito		68.594	126.595	112.543
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.540	6.900	3.600
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		868	1.235	10
Despesas de intermediação financeira	15	(40.891)	(78.528)	(60.767)
Operações de captação no mercado		(20.124)	(37.878)	(27.530)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(20.767)	(40.650)	(33.237)
Resultado bruto da intermediação financeira		32.111	56.202	55.386
Outras receitas (despesas) operacionais	16	(26.370)	(47.270)	(75.696)
Receitas de prestação de serviços		309	633	338
Rendas de tarifas bancárias		3.391	6.646	3.838
Despesas de pessoal		(5.065)	(9.100)	(4.540)
Outras despesas administrativas		(27.641)	(51.542)	(37.171)
Despesas tributárias		(3.125)	(5.774)	(8.469)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(4)	(4)	-
Outras receitas operacionais		9.962	18.869	19.100
Outras despesas operacionais		(4.197)	(6.998)	(48.792)
Resultado operacional		5.741	8.932	(20.310)
Resultado não operacional		(220)	326	1.174
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		5.521	9.258	(19.136)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	17	(2.195)	(3.893)	-
Passivo fiscal diferido	17	(8)	(3)	937
Ativo fiscal diferido	9 e 17	2.014	2.126	10.244
Participações estatutárias no lucro		(189)	(1.770)	11.181
Resultado do semestre/exercícios		4.807	6.963	(7.955)
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		0,03	0,04	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Impacto da retificação do erro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Saldo anteriormente apresentado		Valor do erro	Saldo	
	reapresentado	do erro		reapresentado	reapresentado
Outros créditos (ativo circulante)	17.385	1.510	18.895	-	-
Outros	361.148	-	361.148	-	-
Total do ativo	378.533	1.510	380.043		
Outras obrigações (passivo circulante)	7.583	3.774	11.357		
Outros	294.611	-	294.611		
Total do passivo	302.194	3.774	305.968		
Capital realizado	109.896	-	109.896		
Prejuízos acumulados	(33.557)	(2.264)	(35.821)		
Total patrimônio líquido	76.339	(2.264)	74.075		

Demonstração de resultados 2013

Em milhares de Reais	Saldo anteriormente apresentado		Valor do erro	Saldo reapresentado	
	2º Semestre 2013	Exercício 2013		2º Semestre 2013	Exercício 2013
Recarga de intermediação financeira	63.904	116.153	-	63.904	116.153
Despesas tributárias	(4.261)	(4.261)	(3.774)	(8.035)	(8.469)
Ativo fiscal	10.511	8.734	1.510	12.021	10.244
Outros	(79.099)	(125.883)	-	(79.099)	(125.883)
Prejuízo líquido	(8.945)	(5.691)	(2.264)	(11.209)	(7.955)

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Saldo anteriormente apresentado	Valor do erro	Saldo reapresentado
Capital realizado	109.896	-	109.896
Prejuízos acumulados	(33.557)	(2.264)	(35.821)
Total do Patrimônio Líquido	76.339	(2.264)	74.075

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Saldo anteriormente apresentado		Valor do erro	Saldo reapresentado	
	2º Semestre 2013	Exercício 2013		2º Semestre 2013	Exercício 2013
Resultado do semestre/Exercício	(8.945)	(5.691)	(2.264)	(11.209)	(7.955)
Outros	(783)	(2.542)	-	(783)	(22.542)
Resultado do semestre/Exercício ajustado	(9.728)	(8.233)	(2.264)	(11.992)	(14.587)
Redução em outros créditos	4.518	3.776	(1.510)	3.008	2.266
Outros aumentos nos ativos	(29.040)	(25.717)	-	(29.040)	(25.717)
Aumento nos ativos	(24.522)	(21.941)	(1.510)	(26.032)	(23.451)
Aumento em outras obrigações	4.293	5.040	3.774	8.067	8.814
Outros aumentos (reduções) nos passivos	18.831	(28.447)	-	18.831	(28.447)
Aumento (redução) nos passivos	23.124	(23.407)	3.774	26.898	(19.633)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	(11.126)	(28.497)	-	(11.126)	(28.497)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(1.616)	(1.640)	-	(1.616)	(1.640)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento	10.000	30.000	-	10.000	30.000
Redução no caixa e equivalentes	(2.742)	(137)	-	(2.742)	(137)

3 Principais critérios contábeis adotados

(a) **Apuração de resultado.**
O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

(b) **Caixa e equivalentes de caixa.**
Conforme Resolução nº 3.604/2008, do Conselho Monetário Nacional, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2014 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa proveniente das operações	Semestre findo em		
	2014	2014	2013
Resultado do semestre/exercícios	4.807	6.963	(7.955)
Ajustes do resultado do semestre/exercícios com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	292	605	386
Ajuste em Investimento coligada e controlada	4	4	-
Provisão para devedores duvidosos	20.767	40.650	33.237
Provisão para perdas em outras operações	-	(669)	(669)
Provisão para créditos cedidos com coobrigações	(752)	(1.709)	(2.851)
Provisão carteira adquirida de recebíveis de cartões de créditos	(203)	34	-
Provisão para perda na baixa de operações de crédito consignado - Convênio operacional	-	-	13
Provisão para impostos e contribuições diferidos	7	12	(937)
Provisão para passivos contingentes	(888)	(428)	2.089
Provisão para perdas em outros valores e bens	12	30	8
Provisão para créditos tributários	(2.014)	(2.127)	(10.244)
Redução (aumento) nos ativos:	17.225	36.402	21.032
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(31.690)	(38.607)	26.809
Títulos e valores mobiliários	(7.447)	23.592	(2.680)
Operações de crédito	(96.023)	(139.850)	(51.844)
Outros créditos	(675)	(9.401)	3.776
Outros valores e bens	(2.656)	(2.786)	1.467
Relações interfinanceiras e interdependência	597	144	531
Aumento (redução) nos passivos:	(137.894)	(166.908)	(21.941)
Depósitos	128.146	128.663	(28.446)
Operações compromissadas	(13.000)	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	12.569	12.569	-
Relações interfinanceiras	(73)	-	(2)
Outras obrigações	4.434	5.328	8.814
Variação nas receitas antecipadas	310	296	1
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	16.524	23.313	(28.497)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Alienação (aquisição) Investimento	(89)	(89)	-
Aquisição no imobilizado de uso	(100)	(229)	(808)
Aquisição no intangível	(76)	(174)	(832)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	(265)	(492)	(1.640)
Juros sobre o capital próprio creditados	(3.400)	(3.400)	-
Movimentação de ativos	-	(2.265)	-
Aumento de capital	-	10.000	30.000
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	(3.400)	4.335	30.000
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	12.859	27.156	(137)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	14.616	319	456
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	27.475	27.475	319
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	12.859	27.156	(137)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Impacto da retificação do erro

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais	Saldo anteriormente apresentado		Valor do erro	Saldo	
	reapresentado	do erro		reapresentado	reapresentado
Outros créditos (ativo circulante)	17.385	1.510	18.895	-	-
Outros	361.148	-	361.148	-	-
Total do ativo	378.533	1.510	380.043		
Outras obrigações (passivo circulante)	7.583	3.774	11.357		
Outros	294.611	-	294.611		
Total do passivo	302.194	3.774	305.968	</	

(i) Títulos para negociação - Incluem os títulos e os valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizadas e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e os valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado, e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado ainda não realizados reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido "Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda" até a sua realização por venda, líquido dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

(iii) Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e os valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para os quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração (vide nota nº 6).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção, conforme determina a Circular nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, emitidas pelo Banco Central do Brasil. Quando existentes, as operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa, segundo os critérios definidos na Circular nº 3.082/02, emitida pelo Banco Central do Brasil. Nesses casos, também os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge): (i) a adequada conta de receita ou despesa no período do período, no caso de hedge de risco de mercado; e (ii) conta destacada do patrimônio líquido para a parcela efetiva do hedge de fluxo de caixa, deduzida dos efeitos tributários.

(g) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional.

(h) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

São representados pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e os montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e os direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos do Banco ou os benefícios futuros esperados não puderem ser realizados (Vide nota nº 11).

(i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%, e sistema de processamento de dados - 20%. Conforme Resolução nº 3.566/2008 do Conselho Monetário Nacional, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis. A par da exigência de realização de estudos periódicos neste sentido, entende a Administração que não serão necessários ajustes aos valores apresentados.

(j) Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642/2008 do Conselho Monetário Nacional. Está composto por direitos na aquisição de softwares, amortizados pelo prazo pertinente.

(k) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (Vide nota nº 12 e nº 15).

(l) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, bem como são aderentes aos critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, a saber:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro ativo.
- **Passivos contingentes** - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação (vide nota nº 14).

• **Obrigações legais** - Provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (vide nota nº 14).

(m) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Também, foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa também foram registradas com base nas respectivas alíquotas. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

Papel	31.12.2014				31.12.2013			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição/atuizado	Valor de mercado/contábil	Custo de aquisição/atuizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	10.329	10.329	9.433	9.433
Letras do Tesouro Nacional - LTN	25.988	-	9.738	-	35.726	35.726	22.171	22.171
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	12.012	-	12.012	12.012	13.954	13.954
Total	25.988	-	21.750	-	10.329	58.067	45.558	45.558

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas eventualmente computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07, não geraram efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL por força do Regime Tributário de Transição (RTT).

(n) Provisões de férias e décimo terceiro salário

As provisões de férias, acrescidas do adicional de 1/3 (um terço), e do décimo terceiro salário, bem como os respectivos encargos, são contabilizadas segundo o regime de competência.

(o) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(p) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

(q) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao favorável ou que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes);
 - os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes).
- Não houve eventos subsequentes que ocasionam ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

(r) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis do Banco, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Instituição representou suas demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, conforme nota explicativa nº 2.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Sua composição pode ser assim sintetizada:

	31.12.2014	31.12.2013
Disponibilidades	1.487	319
Reservas livres	1.487	319
Equivalentes de caixa	25.988	-
Títulos e Valores Mobiliários (Vide nota nº 6)	25.988	-
Total	27.475	319

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Banco não possui outros investimentos de curto prazo e alta liquidez cujo vencimento seja em período igual ou inferior a 90 dias.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

O saldo das aplicações interfinanceiras de liquidez está composto por:

	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez	31.12.2014	31.12.2013
Aplicações no Mercado Aberto	54.412	14.004
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.401	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	44.011	4.501
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	9.503
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	559	2.360
Certificados de Depósitos Interfinanceiros * (CDI)	559	2.360
Total	54.971	16.364
Circulante	15.559	2.360
Não circulante	39.412	14.004
Total	54.971	16.364

* Os certificados de Depósitos Interfinanceiros possuem os respectivos vencimentos:

	31.12.2014	31.12.2013
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI:		
até 90 dias	559	2.360
após 90 dias	-	-
Total	559	2.360

Nos termos da Resolução nº 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém acordo para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, firmado com Instituição Financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, cujas posições no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumarizadas:

	31.12.2014	31.12.2013
Posição ativa:	559	2.360
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	559	2.360
Posição passiva:	256	2.408
Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) - (Nota 12)	256	2.408

6 Títulos e valores mobiliários

São representados, essencialmente, por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional (NTN) e Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Em função do enquadramento do Banco à Circular nº 3.068/2001, as LTNs, as LFTs e as NTNs são classificadas como "Títulos disponíveis para negociação", sendo o ajuste a valor de mercado reconhecido na demonstração do resultado.

Os títulos e os valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Títulos de renda fixa	31.12.2014	31.12.2013
Carteira própria - Livres	58.067	45.558
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	10.329	9.433
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	35.726	22.171
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	12.012	13.954
Vinculados à Prestação de Garantias:	-	10.113
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	10.113
Total	58.067	55.671
Circulante	25.988	55.671
Não circulante	32.079	-
Total	58.067	55.671

7 Instrumentos financeiros e derivativos

As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram a divulgação em nota explicativa às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações.

Quando realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, os registros são realizados em contas patrimoniais ou de compensação por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas, a fim de administrar sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, os quais se referem substancialmente a operações destinadas à proteção de ativos e passivos, envolvendo a alteração de indexadores na aplicação e na captação de recursos, contratados em prazos, taxas e montantes compatíveis com a proteção necessária.

Quando adquiridos, as operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (*swaps* e contratos de futuro) se destinam à proteção dos ativos e dos passivos próprios e de seus clientes. A administração desses riscos é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e técnicas de acompanhamento das posições visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, é parte integrante da boa prática contábil e constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições.

Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e das condições do contrato e da volatilidade subjacente. O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas de análise de sensibilidade a cenários de stress.

Quando realizadas as operações com instrumentos financeiros derivativos estas são registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&FBovespa.

Não há saldos e não ocorreram transações com instrumentos financeiros derivativos no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As aplicações interfinanceiras e os títulos e valores mobiliários eram mantidos em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão representados por títulos públicos federais (99,51% da carteira) e por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDIs (0,49% da carteira).

8 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

(a) Classificação por risco de crédito

Nível de Risco	31.12.2014		31.12.2013	
	% do Risco	Carteira	Provisão	Carteira
AA	-	-	-	-
A	0,5%	235.142	(1.176)	163.137
B	1%	51.003	(510)	23.718
C	3%	15.928	(478)	13.961
D	10%	6.617	(662)	7.254
E	30%	4.958	(1.487)	4.386
F	50%	7.797	(2.399)	6.740
G	70%	4.283	(5.098)	8.014
H	100%	27.607	(27.607)	18.606
Total		353.335	(39.417)	245.816
Circulante		325.907	(38.487)	227.327
Não circulante		27.428	(930)	18.489
Total		353.335	(39.417)	245.816

O Banco utiliza-se da permissibilidade admitida pelo parágrafo 2º do art. 4º da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, aplicando às operações de crédito, com prazo a decorrer superior a 36 meses, a contagem em dobro dos prazos referidos no inciso I do art. 2º retromencionado, para fins da classificação nos respectivos níveis de risco. O montante total das operações que utilizavam a contagem em dobro montou em R\$ 268 mil, com provisão de R\$ 9 mil, em 31 de dezembro de 2014.

Os dados relativos a créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão e receita de recuperação de créditos baixados com prejuízo podem ser sumarizados como segue:

	2º sem/2014	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no início do período.	35.986	31.098	48.522
Efeito no resultado - Constituição/reversão de provisões	-	20.767	40.650
Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão	-	(17.336)	(32.331)
Saldo no fim do período	39.417	39.417	31.098
Créditos recuperados	1.954	3.407	11.509
Total - efeito no resultado	18.813	37.243	21.728

(b) Classificação por atividade econômica

Atividade econômica	31.12.2014		31.12.2013	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Indústria	111	-	86	0%
Comércio	15.770	4%	8.908	4%
Serviços	55.948	16%	35.960	14%
Pessoa física	281.506	80%	200.862	82%
Total	353.335	100%	245.816	100%

(c) Classificação por produto

	31.12.2014		31.12.2013	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Produtos	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Capital de giro	68.830	19%	42.228	17%
Títulos descontados	47	0%	-	-
Conta garantida	1.250	0%	598	0%
Crédito pessoal	27.150	8%	30.786	13%
Crédito Direto ao Consumidor	256.058	72%	172.204	70%
Total	353.335	100%	245.816	100%

(d) Classificação por prazo

	31.12.2014		31.12.2013	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Prazos de vencimento	Carteira	Carteira	Carteira	Carteira
Vencidas	37.631	11%	28.198	11%
A vencer até 30 dias	58.078	16%	39.984	16%
A vencer de 31 a 60 dias	51.419	14%	40.556	17%
A vencer de 61 a 90 dias	36.631	10%	24.915	10%
A vencer de 91 a 180 dias	79.528	23%	53.482	22%
A vencer de 181 a 360 dias	62.620	18%	40.192	16%
A vencer após 360 dias	27.428	8%	18.489	8%
Total	353.335	100%	245.816	100%

O Banco mantém estoque de provisão para perdas em operações de crédito no montante de R\$ 39.417 mil (31.098 mil em 2013). As operações que encontram-se vencidas montam em R\$ 37.631 mil (28.198 mil em 2013) e a provisão constituída é superior a este montante por representar contratos vencidos de clientes com mais de uma operação, os quais tiveram sua classificação de risco arrastada para aquela que apresenta maior risco, conforme determina art. 3º da Resolução nº 2.682/1999.

(e) Cessões de crédito

O Banco, de acordo com a Resolução nº 3.895/2010 do Conselho Monetário Nacional, que tornou facultativo e adiou o prazo para a ado

Movimentação acumulada do crédito tributário diferido atual

Constituição	95.422	52.663	92.011	50.166
Realização	(54.350)	(28.019)	(52.892)	(27.414)
	<u>41.072</u>	<u>24.644</u>	<u>39.119</u>	<u>22.752</u>

Movimentação no semestre do crédito tributário

Constituição	2.190	1.798	1.278	735
Realização	(798)	(191)	(2.574)	(1.563)
Ajuste no semestre (d)	<u>1.392</u>	<u>1.607</u>	<u>(1.296)</u>	<u>(828)</u>

Movimentação no exercício do crédito tributário

Constituição	3.411	2.497	1.457	829
Realização	(1.458)	(605)	(3.755)	(2.301)
Ajuste no exercício	<u>1.953</u>	<u>1.892</u>	<u>(2.298)</u>	<u>(1.472)</u>
Total de ajuste no semestre (b+d)	<u>777</u>	<u>1.237</u>	<u>4.407</u>	<u>12.373</u>
Total de ajuste no exercício	<u>879</u>	<u>1.247</u>	<u>6.461</u>	<u>3.783</u>
Total geral (a+c)	<u>46.877</u>	<u>29.488</u>	<u>48.081</u>	<u>28.241</u>

Circulante 16.516 / Não Circulante 59.849 / Total 76.365

10 Outros créditos

O saldo do grupoamento "Outros créditos", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Rendas a receber	6	260
Diversos	31.037	71.947
Adiantamentos diversos e antecipações salariais	301	-
Créditos tributários - IRPJ e CSLL (a)	16.516	59.849
Devedores por depósito em garantia	-	9.313
Imposto de renda	-	94
Contribuição social	-	364
PIS (b)	-	7.376
Recursos trabalhistas	-	719
Outros depósitos judiciais	-	760
Impostos e contribuições a compensar (c)	3.818	-
Devedores por compra de valores e bens	-	200
Opções por incentivos fiscais	70	69
Títulos e créditos a receber	7.085	386
Devedores diversos - País (d)	3.247	2.785
Provisão para perdas em outros créditos	(105)	(2.785)
Total	30.938	69.422

(a) Vide nota explicativa nº 9, Créditos Tributários, para melhor detalhamento.

(b) Em 11 de abril de 2006, o Banco impetrou Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) nos termos da Lei nº 9.718/2008. Em 1º de junho de 2006, foi concedida a segurança postulada na inicial, todavia, em 9 de setembro de 2006, aviu recurso de apelação, encontrando-se atualmente na Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Assim, desde a distribuição da presente ação, o Banco vem provisionando e depositando judicialmente a totalidade da contribuição ao PIS, cujo montante em 31 de dezembro de 2014 equivale a R\$ 7.376 mil (R\$ 6.155 mil em 2013).

(c) Em 2013 esta conta era constituída, basicamente, por: (i) saldos de IRPJ e CSLL de períodos anteriores R\$ 344 mil e R\$ 383 mil, respectivamente; além de antecipações de IRPJ e CSLL do período, no montante de R\$1.235 mil e R\$576 mil; e nesse no os créditos de PIS e COFINS oriundos da Seculus Crédito, Financiamento e Investimento S.A foram compensados integralmente.

Neste tocante convém lembrar que em período posterior à formalização daquelas compensações, o Semear aderiu ao REFIS e apresentou petição de renúncia ao direito nos autos do processo que discute a base de cálculo da COFINS - Lei nº 9.718/98. A partir daquele ato, todos os débitos com origem na mesma matéria tornaram-se exigíveis. Como consequência, também os créditos já utilizados e com origem na mesma discussão perderam seu suporte jurídico.

No momento da renúncia, já havia ocorrido a incorporação da Seculus, Financiamento e Investimento S.A. e todos os créditos oriundos da discussão sobre a COFINS - Lei nº 9.718/98 transferidos à titularidade do Banco Semear S.A já haviam sido utilizados para compensação com débitos de tributos próprios ou de sua responsabilidade quanto ao recolhimento (retenções), como dito anteriormente.

Diante disso, as compensações dos créditos de COFINS apurados pela incorporada (Seculus Financiamentos) e transferidos ao Semear perderam sua eficácia e deram origem a um passivo fiscal equivalente às compensações efetuadas. Estas compensações, aliás, perderam seus efeitos desde o momento em que o Semear apresentou sua renúncia ao direito em questão, para aderir ao parcelamento da Lei nº 12.865/13 e, verificado o erro, justificou o reconhecimento do passivo decorrente em conta de ajuste de exercícios anteriores.

Para o ano-calendário de 2014, o saldo desta está assim constituído por (i) saldos de (ii) antecipações de IRPJ e CSLL do período, nos montantes de R\$ 2.504 mil e R\$ 1.314 mil.

(d) A composição da rubrica "Devedores diversos - País" pode ser sumariada da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Baixas em operações de crédito a processar	3.119	851
Baixas em operações de crédito - Confissão de Dívida	-	967
Contingências Judiciais Reembolsáveis	98	0
Conta Gráfica - Alienação Participação RS CFI	7	0
Outros devedores diversos	23	967
Total	3.247	2.785

11 Outros valores e bens
O saldo do grupoamento "Outros valores e bens", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Bens não de uso próprio	2.010	1.019
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(1.019)
Material em estoque	15	6
Despesas antecipadas	630	1.190
Comissões sobre operações de crédito	302	54
Deságio por intermediação captação CDB (a)	229	988
Outras despesas antecipadas	99	148
Total	2.655	1.190

Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisito pelos nossos especialistas. Abaixo demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

	31.12.2014	31.12.2013
	IRPJ	CSLL
1º Ano	10.322	6.194
2º Ano	4.740	2.844
3º Ano	5.625	2.543
4º Ano	5.934	3.560
5º Ano	6.763	4.438
Acima de 5 anos	13.493	9.909
Totais	46.877	29.488

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) projetada para os períodos correspondentes de 10,50% a.a. e está descontado de R\$ 24.493 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 51.872 mil (R\$ 48.785 mil em 2013), conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
1º Ano	9.180	5.508
2º Ano	3.766	2.260
3º Ano	4.022	1.818
4º Ano	3.850	2.310
5º Ano	3.990	2.618
Acima de 5 anos	7.236	5.314
Totais	32.044	19.828

(a) Vide nota explicativa nº 12, Depósitos, para melhor detalhamento.

12 Depósitos
O saldo da conta "Depósitos", no Circulante e no Não Circulante, encontra-se representado por:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
De pessoas ligadas (Nota 18)	3.350	3.043
De pessoas físicas	25	51
De pessoas jurídicas	13.667	11.044
Depósitos judiciais	103	79
Saldos Credores - (contas de emprest. e financiamentos)	-	6
Total	17.151	14.217

Depósitos interfinanceiros
De instituições financeiras - Não ligadas

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Sem garantia, sem acordo de compensação	4.029	5.052
Sem garantia, com acordo de compensação (Nota 5)	256	2.408
Total	4.285	7.460

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 54% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (84% em 2013), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas.

(i) O Banco possui captação de recursos estruturada com garantia de operações próprias de crédito consignado em folha de pagamento formalizada através de Instrumento de Cessão Fiduciária em Garantia, no seguinte modelo: Mediante emissão de Depósitos a Prazo, na modalidade de Certificados de Depósitos Bancários (CDB), decorrentes da habilitação do Banco ao Programa para Aplicação de Recursos do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), com limite aprovado de R\$ 37.893 mil, sendo utilizado o montante de R\$ 408 mil (R\$ 1.460 mil em 2013), com fluxo de realização vindo em 6 (seis) meses, com exigência de garantia mínima de 120%, conforme garantias mencionadas na Nota Explicativa nº 8 "F" (Outras informações de operações de crédito).

(ii) Deságio nas operações de CDB. Mediante Nova estratégia de gestão da carteira de passivo do Banco Semear foi decidido via comitê e aprovado pelo conselho de administração os contratos de distribuição via CIVM (Corretoras de Títulos de Valores Mobiliários) e DTVMs (Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários). Nesse sentido a Superintendência de Operações estruturadas firmou acordos com empresas especializadas no serviço de distribuição e optou pela remuneração via deságio do PU (Preço Unitário) dos mecanismos de captação (CDB, LCI, DPGE II e LCA). Os deságios são feitos via diferença de taxa de emissão acordado com o parceiro e a taxa de emissão que é repassada para o investidor ou por percentual fixo de acordo com o prazo da operação.

Isso acarreta uma maior atratividade devido o ganho das operações serem realizados no momento da liquidação da operação e com isso podem remunerar a cadeia de distribuição (AAI - Agentes Autônomos de Investimentos). Esse mecanismo é utilizado por várias instituições financeiras se tomando praxe no mercado financeiro.

Formula de cálculo: $PV = VDCB - \{VDCB * [(1 + TD)^n / (1 + 252)] - 1\}$
Onde:
PV é o Preço de Venda
VDCB é o Valor do CDB;
P é o Prazo de vencimento do CDB; e
TD é a Taxa de Deságio ou a diferença de taxa relativo ao CDI

14 Outras obrigações

O saldo do grupoamento "Outras obrigações", no Circulante e no Não Circulante, está composto por:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos	367	186
Sociais e estatutárias	2.890	-
Fiscais e previdenciárias (i)	5.321	7.694
Diversos	4.666	8.053
Cheque administrativo	828	1.023
Provisão para pagamentos a efetuar	807	368
Provisão para passivos contingentes (ii) - Vide Nota 14b	387	5.204
Credores diversos - País (iii)	2.644	2.849
Total	13.244	15.747

(i) A rubrica "Fiscais e previdenciárias" pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições sobre lucros-base correntes	3.893	-
Impostos e contribuições a recolher	1.427	4.651
Provisão para impostos e contribuições diferidos	-	10
Provisão para riscos fiscais (a)	-	7.684
Total	5.320	7.694

(a) Provisões para riscos fiscais:

O montante do referido provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, em 31 de dezembro de 2014, equivale a R\$ 7.376 mil (R\$ 6.155 mil em 2013), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 10 - Outros créditos.

(ii) Provisões para passivos contingentes

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas e provisões para operações de crédito com coobrigação, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Provisões para operações de crédito com coobrigação (a)	387	7
Provisão para riscos trabalhistas (b)	-	1.447
Provisão para riscos cíveis (b)	-	3.750
Total	387	5.204

A movimentação da provisão para contingências está assim demonstrada:

	31.12.2014		31.12.2013	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Movimentação do exercício	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	618	1.291	2.317	3.211
Adições	101	87	835	3
Baixas	-	(870)	(394)	(3)
Saldo final	719	1.447	3.652	98

(iii) A composição da rubrica "Credores diversos - País" pode ser sumariada da seguinte forma:

	31.12.2014	31.12.2013
	Circulante	Não Circulante
Cobrança a liquidar	-	82
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	743	2.849
Contribuições para o FGC	272	-
Contratos de operações de crédito a liberar	390	9
Créditos a baixar de operações de crédito	746	-
Operadores diversos	364	296
Conta gráfica - Alienação - Ações Emblema	10	10
Créditos a devolver de descontos consignados	43	259
Outros credores diversos	76	25
Total	2.644	2.849

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é de R\$ 119.896 mil (R\$109.896 mil em 2013), representado por 75.896 mil ações ordinárias nominativas e 75.896 mil ações preferenciais nominativas, sem valor nominal. Em 18 de janeiro de 2013, através de deliberação de Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$20.000 mil, representado por 37.948 mil ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 27 de março de 2013. O valor foi integralmente integralizado em 4 de fevereiro e 8 de maio de 2013. Em 27 de dezembro de 2014, através de deliberação de Assembleia Geral de Acionistas, foi aprovado um aumento do capital social de R\$ 20.000 mil, representado por 37.948 mil ações preferenciais nominativas e sem valor nominal do capital social, cujo processo de homologação foi protocolado no Banco Central do Brasil em 10 de janeiro de 2014. Tal aumento foi devidamente aprovado em 6 de julho de 2014.

(b) Reservas

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, bem como pela reserva de retenção de lucros. O lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

(c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 10% do lucro líquido ajustado pela diminuição ou acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, median-

(a) Provisão para operações de crédito com coobrigação

Na composição da rubrica "Provisão para passivos contingentes" está contido o provisionamento complementar de operações de crédito cedidas com coobrigação, cuja constituição está de acordo com os critérios determinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682/1999, em que a classificação de risco de crédito considera a operação de crédito independentemente de sua situação, qual seja, carteira ativa e/ou carteira cedida. No exercício, encontra-se registrada como parte integrante de "Outras receitas (despesas) operacionais" uma reversão líquida da mencionada provisão no montante de R\$ 1.709 mil (R\$ 2.852 mil em 2013).

(i) Provisão para operações de crédito com coobrigação

	31.12.2014	31.12.2013
	Carteira	Provisão
Níveis de Risco	Risco	Carteira
A	0,5%	(6)
B	1%	(12)
C	3%	(1)
D	10%	(2)
E	30%	(4)
F	50%	(3)
G	70%	(5)
H	100%	(2)
Total		(394)
Total		1.727

(b) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

Adicionalmente, também compõe a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, cuja composição pode ser sumariada na forma seguinte: Em 31 de dezembro de 2014 as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizavam R\$6.124 mil (R\$5.187 mil em 2013). A movimentação da provisão para contingências está assim demonstrada:

	31.12.2014	31.12.2013
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Contingências trabalhistas	719	1.447
Juizado Especial	98	98
Contingências cíveis	760	3.652
Total - Não Circulante	1.577	5.197

A movimentação da provisão para contingências está assim demonstrada:

	31.12.2014		31.12.2013	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Movimentação do semestre	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	719	1.447	618	2.317
Adições	38	33	838	3
Baixas	-	(497)	(394)	(3)
Saldo final	719	1.447	3.652	98

(d) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 3.490/07 (Novo Acordo de Capital - Base III)

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução Conselho Monetário Nacional nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de

Os impactos desse enquadramento podem ser resumidos no quadro abaixo:

DLO - Demonstrativo de Limites Operacionais
Índice de Basileia - Referência 31.12.2014
Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao RWA

Descrição	2014	2013
Patrimônio de Referência (PR)	83.937	71.135
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I)	83.937	71.135
Patrimônio de Referência para Comparação com o RWA	83.937	71.135
Excesso dos Recursos Aplicados no Ativo Permanente	-	-
Patrimônio de Referência Nível I (PR_I)	83.937	71.135
Capital Principal (CP)	83.937	71.135
Capital Complementar (CC)	-	-
Patrimônio de Referência Nível II (PR_II)	-	-
Limite para Imobilização (LI)	41.969	35.578
Valor da Situação para o Limite de Imobilização	1.756	1.905
RWA para Risco de Crédito por Abordagem	-	-
Padronizada - RWAcpad	374.993	284.076
RWA para Risco de Mercado	3.672	15.315
RWA para Risco Operacional - RWAopad	28.387	42.232
Valor Correspondente ao Rban	360	406
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	407.051	341.623
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	44.776	37.579
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para Rban	45.136	37.985
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	22.388	18.789
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	18.317	15.373
Capital Principal Mínimo Requerido para Manutenção de Instrumentos Elegíveis ao Capital Complementar	20.861	17.508
Capital Principal Mínimo Requerido para Manutenção de Instrumentos Elegíveis ao Nível II	18.317	15.373
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	39.162	33.577
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I	-	-
Requerido	61.550	52.366
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	65.620	55.782
Margem Sobre o PR Considerando Rban	38.801	33.170
Margem ou Insuficiência para o Limite de Imobilização (M_I)	40.212	33.673
Índice de Basileia (IB)	20,62%	20,83%
Índice de Basileia Amplo (IB Amplo)	20,46%	20,80%

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, o coeficiente de adequação ao Patrimônio de Referência Exigido é de 20,46% (20,80% em 2013), enquanto o mínimo requerido é de 11%. Em relação à exigência mínima de Capital e Patrimônio Líquido para o funcionamento, o Banco encontra-se de acordo com os limites determinados pela Resolução nº 2.099/1994.

16 Receitas e despesas da intermediação financeira

A composição das receitas e despesas da intermediação financeira no semestre/exercícios podem ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º Sem/2014	31.12.2014	31.12.2013 (Reapresentado)
Receitas da Intermediação Financeira			
Operações de crédito	68.594	126.595	112.543
Rendas de empréstimos	14.186	24.589	18.342
Capital de giro	6.926	11.374	6.687
Títulos descontados	19	149	-
Conta garantida	251	443	160
Crédito pessoal	6.990	12.623	11.495
Rendas de financiamentos	52.456	98.614	82.694
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	52.455	98.613	82.691
Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção (CDCI)	1	1	3
Recuperação de créditos	1.954	3.407	11.509
Resultado da cessão de créditos	(2)	(15)	(2)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.540	6.900	3.600
De aplicações interfinanceiras de liquidez	816	1.060	4.974
De títulos e valores mobiliários	2.724	5.840	(1.374)
Rendas de títulos de renda fixa	3.328	6.744	3.561
Prejuízo com títulos de renda fixa	(380)	(660)	(5.025)
Ajuste com títulos de renda fixa	(224)	(244)	90
Operações com característica de concessão de créditos	868	1.235	10
Total	73.002	134.730	116.153
Despesas da Intermediação Financeira			
Operações de captação no mercado	(20.123)	(37.877)	(27.530)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(286)	(676)	(671)
Despesas de depósitos a prazo	(18.671)	(34.955)	(25.370)
Despesas de operações compromissadas	(189)	(569)	(34)
Despesas de letras de crédito imobiliário	(334)	(334)	-
Outras despesas de captação (FGC)	(643)	(1.343)	(1.455)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.767)	(40.650)	(33.237)
Total	(40.890)	(78.527)	(60.767)

17 Receitas e despesas operacionais

A composição das receitas e despesas operacionais no semestre/exercícios podem ser demonstrada na seguinte forma:

	2º Sem/2014	31.12.2014	31.12.2013
Receitas de prestação de serviços	309	633	338
Rendas de comissão de cobrança	-	33	-
Rendas de comissão pela movimentação recebíveis	27	31	-
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	199	371	265
Rendas de garantias prestadas	31	108	-
Rendas de intercâmbio de cartão crédito pré-pago	1	1	-
Outras rendas de serviços prestados	51	89	73
Rendas de tarifas bancárias	3.391	6.646	3.838
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	3.055	6.137	3.713
Receitas de saque, transf. e outras rendas - PF	11	17	6
Receitas de confecção de cadastro - PJ	244	365	104
Receitas de transferência de recursos - PJ	35	61	15
Receitas de cartão de crédito	6	6	-
Receitas de operações de crédito e outras rendas - PJ	40	60	-
Despesas pessoais	(5.065)	(9.100)	(4.540)
Benefícios	(714)	(1.174)	(952)
Encargos sociais	(832)	(1.549)	(877)
Proventos	(3.490)	(6.307)	(2.648)
Despesas de honorários de Diretoria	(29)	(70)	(63)
Outras despesas administrativas	(27.641)	(51.542)	(37.171)
Comissões sobre operações de crédito	(15.998)	(29.471)	(16.752)
Despesas de indenizações judiciais	(2.510)	(4.828)	(3.074)
Despesas de marketing e publicações	(245)	(707)	(341)
Despesas de processamento de dados	(1.134)	(2.404)	(2.204)
Despesas de seguros	(1)	(1)	(1)
Despesas de serviços do SFN	(511)	(949)	(2.217)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.916)	(3.860)	(3.185)
Despesas bandeira cartão de crédito	(7)	(7)	-
Despesas de outros serviços de terceiros	(3.275)	(5.481)	(5.767)
Demais despesas administrativas	(2.045)	(3.834)	(3.630)
Despesas tributárias	(3.125)	(5.774)	(8.469)
Tributos federais	(2.936)	(5.402)	(8.251)
PIS	(408)	(753)	(625)
COFINS (a)	(2.513)	(4.633)	(3.845)
IOF bancado e outros	(15)	(16)	(3.781)
Tributos estaduais	(1)	(2)	(2)
Tributos municipais	(188)	(370)	(216)
ISS	(186)	(365)	(211)
Outros tributos municipais	(2)	(5)	(5)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(4)	(4)	-
Outras receitas operacionais	9.732	18.639	19.100
Recuperação de encargos e despesas	184	339	318
Reversão de provisões operacionais	1.689	3.800	3.782
Prov. para oper. de cred. cedidos c/ coobrigação	752	1.709	2.852
Outros provisões	-	670	55
Provisões para passivos contingentes	937	1.421	875
Outras rendas operacionais	7.859	14.500	15.000
Comissão de permanência no recebimento de créditos	5.519	10.013	6.826
Multas no recebimento de créditos em atraso	1.879	3.570	2.309
Receita de repasse	1	2	12
Variações monetárias ativas	325	614	2.473
Rendas de acordos operacionais	130	289	3.366
Outras rendas operacionais	5	12	14
Outras despesas operacionais:	(4.197)	(6.998)	(48.792)
Descontos concedidos no recebimento de créditos	(3.552)	(4.123)	(15.206)
Provisão para contingências - Ações cíveis	-	(834)	(1.238)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(49)	(160)	(1.726)
Prov. para baixa oper. de créditos - C/C convênios	-	-	(14)
Prov. carteira adquirida de recebíveis de cartões	-	(237)	-
Prov. carteira de cartões de créditos	(27)	(27)	-
Outras provisões para perdas operacionais	-	-	(669)
Despesa REFIS-COFINS	-	-	(26.792)
Perdas na formalização de seguros	-	-	(5)
Perdas com fraudes - CDC/Cred Consignado	(5)	(41)	(11)
Despesas com repasses	(7)	(324)	-
Variação monetária passiva	(412)	(808)	(2.242)
Outras despesas operacionais	(145)	(444)	(889)
Total	(26.600)	(47.500)	(71.922)

18 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados do semestre/exercícios podem ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	2º Semestre/2014		31.12.2014		31.12.2013 (Reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	2.119	2.119	5.856	5.856	(15.362)	(15.362)
Participações dos empregados	(525)	(525)	(525)	(525)	-	-
Adições (exclusões) permanentes	1.068	1.082	1.215	1.229	(9.086)	(9.086)
Diferenças temporárias passivas diferidas	5.569	5.569	7.814	7.814	(9.192)	(9.192)
Diferenças temporárias ativas diferidas	(32)	(32)	(43)	(43)	2.379	2.379
Resultado líquido ajustado	8.199	8.213	14.317	14.331	(31.261)	(31.261)
(-) Prejuízo fiscal/base negativa	(2.460)	(2.464)	(4.295)	(4.299)	-	-
Base de cálculo tributável	5.739	5.749	10.022	10.032	(31.261)	(31.261)
Alíquota-base	(861)	(863)	(1.503)	(1.505)	-	-
Alíquota adicional	(562)	-	(978)	-	-	-
Incentivos fiscais	91	-	93	-	-	-
Valores correntes	(1.332)	(863)	(2.388)	(1.505)	-	-
Base de cálculo tributável	(32)	(32)	(43)	(43)	2.379	2.379
(+/-) Ajuste à base de cálculo	12	12	35	36	(35)	(39)
Passivo fiscal diferido	(5)	(3)	(2)	(1)	586	351
Base de cálculo tributável	5.569	5.569	7.814	7.814	(9.192)	(9.192)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	5.144	-	4.799	-	-	(621)
Diferenças temporárias	1.392	1.607	1.954	1.892	(2.298)	(1.472)
Base de cálculo tributável	(2.460)	(2.464)	(4.295)	(4.299)	35.035	35.035
Prejuízo fiscal/base negativa	(615)	(370)	(1.074)	(645)	8.759	5.255
Ativo fiscal diferido	777	1.237	879	1.247	6.461	3.783
Total	(560)	371	(1.511)	(259)	7.047	4.134

19 Transações com partes relacionadas

(a) Sumário das transações:

	31.12.2014			
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Recursos de aceites e emissão de títulos	Receitas (despesas)
Entidades com influência significativa sobre o Banco	3	603	-	(420)
Pessoal chave da administração	-	1.383	70	(566)
Outras partes relacionadas	1.659	36.848	-	(30.253)
Total	1.662	38.834	70	(31.239)
Total Empresas e pessoas físicas não ligadas	15.489	344.772	12.499	-
Total	17.151	383.606	12.569	(31.239)
Circulante	17.151	164.072	7.955	-
Não circulante	-	219.534	4.614	-
Total	17.151	383.606	12.569	-

	Depósitos à vista	Depósito a prazo	Receitas (despesas)
Entidades com influência significativa sobre a entidade	1	-	-
Pessoal chave da administração	3.041	441	(47)
Outras partes relacionadas	3.042	26.362	(6.974)
Total	3.042	26.803	(7.021)
Total Empresas e pessoas físicas não ligadas	11.175	227.899	-
Total	14.217	254.702	(7.021)
Circulante	14.217	66.373	-
Não circulante	-	188.389	-
Total	14.217	254.702	-

As despesas realizadas com partes relacionadas nos períodos referem-se a:

(i) R\$ 27.143 mil (R\$ 4.938 mil em 2013) proveniente de serviços de intermediação e origem de operações de CDC e empréstimo pessoal, com produção total de R\$ 372.142 mil no exercício e saldo de carteira que equivale a 67% do total da carteira descrita na nota explicativa 8 a, provenientes de um único correspondente;

(ii) R\$ 503 mil (R\$ 526 mil em 2013) proveniente de despesas com aluguéis e domínio do exercício;

(iii) Despesa total de R\$ 1.170 mil (R\$ 995 mil em 2013) proveniente de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no exercício; e

(iv) R\$ 2.423 mil (R\$ 562 mil em 2013) proveniente de despesas com remuneração de depósitos a prazo mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no exercício.

As captações e transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo tem taxa máxima de 105% do CDI e prazo máximo de vencimento em 20 de novembro de 2019.

(b) Remuneração da Administração: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (i), de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/10, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração fixa	70	63
Contribuição - INSS	15	14
O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.		

20 Gerenciamento de risco

(i) Em conformidade com a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do Conselho Monetário Nacional, o Banco mantém um sistema contábil feito pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e o semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Fases
Créditos tributários diferidos
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Administração do Banco reconheceu créditos tributários diferidos, calculados em razão de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, cujos saldos em 31 de dezembro de 2014, registrados nos ativos circulante e não circulante, totalizam R\$76.365 mil (R\$74.812 em 2013). O registro, a manutenção e a realização do referido crédito tributário estão condicionados à existência de resultados tributáveis futuros e a aderência de condições definidas na Resolução do Conselho Monetário Na-

ma informatizado específico para o gerenciamento de risco operacional, para garantir a adequação da estrutura de gerenciamento de risco operacional aderente às melhores práticas do mercado e compatível aos produtos e processos do Banco. O relatório de implantação de gerenciamento de risco operacional encontra-se na sede do Banco à disposição dos interessados. O relatório do ano de 2014 também encontra-se à disposição dos interessados e publicado no site de Internet do Banco, no seguinte link:
<https://www.bancodesemear.com.br/Obanco/SitePages/GestaoRiscos.aspx>

(ii) Por sua vez, o Banco constituiu estrutura para o gerenciamento de risco de mercado em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional, buscando desenvolver as melhores práticas do mercado no gerenciamento deste risco, apoiando-se em modelos difundidos internacionalmente e nas recomendações do Banco Central do Brasil e do Comitê de Basileia. Neste sentido, o Banco também promoveu um upgrade de seu sistema informatizado para garantir o adequado atendimento dos desdobramentos requeridos pelo normativo mencionado. O relatório do ano de 2014 encontra-se à disposição dos interessados e publicados no site de Internet do Banco, no seguinte link:
<https://www.bancodesemear.com.br/Obanco/SitePages/GestaoRiscos.aspx>

(iii) Em observância ao cronograma de implementação de estrutura de gerenciamento de risco de crédito disposto pela Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional, o Banco adotou as seguintes ações:

- Indicou o diretor responsável pelo gerenciamento do risco de crédito;
- Definiu a estrutura organizacional para implementação do gerenciamento do risco de crédito;
- Definiu a política institucional dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à implementação do gerenciamento do risco de crédito;
- Implementou, tempestiva e efetivamente, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

21 Outras informações

Ouidoria